



PELA GREI – A revista *Pela Grei* publicou-se em Lisboa, entre Março de 1918 e Maio de 1919, isto é, surgiu três meses depois da revolução de Sidónio Pais, a 8 de Dezembro de 1917, e terminou já após o regresso da «República Velha», que se verifica com a tomada de posse do governo chefiado pelo democrático Domingos Pereira. No total, saíram 7 números, e 2 suplementos. A revista, como a **Liga de Acção Nacional** (LAN), tinha a sua redacção e administração na Rua do Salitre, N.º 55. Foi inicialmente impressa na tipografia do Anuário Comercial, na Praça dos Restauradores, 24, mas a partir do número 4 a composição e impressão passou a ser feita nas oficinas da “Renascença Portuguesa”, no Porto.

DIRECÇÃO E COLABORAÇÃO

A revista *Pela Grei* foi dirigida até ao último número por **António Sérgio**, e sempre secretariada por **Reis Machado**. Sérgio, além de director, colaborou também com vários artigos. A restante colaboração foi assegurada pela pena de **Silva Teles, Ezequiel de Campos, João Perestrello, Raul Proença, F. Reis Santos, Augusto Reis Machado, Constantino José dos Santos, Pedro José da Cunha, Jaime de Magalhães Lima, A. Celestino da Costa e António Arroyo**. Os principais colaboradores, quer na quantidade quer na qualidade dos textos, foram, de longe, António Sérgio e Ezequiel de Campos. Foi ainda feita uma entrevista a **Barros Queirós**, sobre “A situação financeira”, no n.º 1.

No geral, a revista *Pela Grei* manteve sempre a mesma estrutura ou organização gráfica: um **editorial** a abrir, não assinado, seguido depois por **artigos de fundo**, assinados, sobre questões políticas, económicas, sociais, financeiras, educativas, demográficas, culturais (embora em menor número, merecendo destaque um artigo de Raul Proença, “O problema das bibliotecas em Portugal”, publicado nos números 1 e 3); finalmente, a fechar, incluía os “**Depoimentos**” e sobretudo os “**Comentários**”, mais regulares, sobre a actualidade nacional e estrangeira, quase sempre da responsabilidade de António Sérgio e Ezequiel de Campos. A revista não tinha uma periodicidade certa e o seu preço oscilava entre os \$15 e os \$25, em função do número de fascículos que cada caderno continha. Não tinha ilustrações a acompanhar os textos.

CONTEXTO HISTÓRICO

José Augusto Seabra situa a revista *Pela Grei* na “temporalidade política da República, a entrar na sua fase declinante final”¹. Julgo que poderíamos contrapor, numa análise mais fina, que é o novo quadro político, caracterizado pela «crise portuguesa» (não debelada pela República e agravada pelos encargos e dificuldades impostas pela guerra) e pela política «nacional» e regeneradora prometida pelo golpe de Dezembro de 1918 (que derrubara o governo monocolor democrático de Afonso Costa), que leva este grupo intelectual a fundar a revista *Pela Grei* em 1918. É certo que o primeiro número, saído em Março deste ano, coincide com a primeira crise política grave registada pelo Sidonismo com o abandono dos camachistas e a entrada, para o governo, de elementos ideologicamente mais à direita, entre eles o professor de Direito e membro da LAN, Martinho Nobre de Melo. Mas todo este primeiro número é ainda marcado pela intenção de aproveitar o ensejo que ao país teria sido dado pela revolução dezembrista de Sidónio Pais para realizar finalmente as esperanças que tinham ditado a revolução de 1910. A *Pela Grei* surge precisamente como um **projecto de «ressurgimento nacional» para aproveitar o novo quadro político sidonista, com o qual, no início, se identifica totalmente**. Com efeito, apostava-se na ditadura sidonista para concretizar o projecto de ressurgimento e o modelo de acção política que *Pela Grei* propunha logo no editorial, com o título «Do intuito e natureza desta revista» (N.º 1). O apoio ao sidonismo estava ainda presente na congratulação com o tom nacional e apartidário dos primeiros discursos do major Sidónio Pais, de que é exemplo o comentário à situação política de Reis Santos, num artigo também assinado no primeiro número, sintomaticamente intitulado «A oportunidade oferecida pelo 8 de Dezembro».

Lembramos que a 8 de Janeiro as forças ligadas aos democráticos tentaram uma acção contra-revolucionária, que foi derrotada. Seguiu-se a célebre *tournee* de Sidónio pelo país, a qual testemunhou a enorme popularidade de que beneficiava, de norte a sul, nos campos e nas cidades. Pouco depois, em Março, saiu o primeiro número de *Pela Grei*, e nas suas páginas Reis Santos verificou com agrado o apoio de que Sidónio desfrutava da generalidade da população. O ministro do Interior, Machado Santos, que já apoiara a ditadura de Pimenta de Castro, merecia o elogio de «antigo e intrépido defensor do ideal republicano». É até com simpatia que Reis Santos descreve a prisão do

¹ “Revistas e movimentos culturais no primeiro quarto do século”, in ***Revistas, Ideias e Doutrinas. Leituras do Pensamento Contemporâneo***. Lisboa: Livros Horizonte, 2003, p. 32. Cf. MEDINA, João, “Sérgio e Sidónio. Estudo do ideário sergiano na revista *Pela Grei* (1918-1919)”, In ***Estudos sobre António Sérgio*** (Coordenação de João Medina, Sérgio Campos Matos e António Ventura), Lisboa, INIC/CHUL, 1988, pp. 7-30; MATOS, Sérgio Campos, “Ensaísmo e doutrina social em António Sérgio”, In ***Estudos sobre António Sérgio*** (Coordenação de João Medina, Sérgio Campos Matos e António Ventura), Lisboa, INIC/CHUL, 1988, pp. 31-49; e LOPES, Fernando Farelo, “A revista «Pela Grei» (doutrina e prática políticas)”, In ***Análise Social***. Lisboa, 1982, Vol. 18, N.º 72 – 73 – 74, pp. 759-772.

presidente da República deposto, Bernardino Machado, e dos «partidários do governo transacto mais comprometidos», bem como a dissolução do Parlamento e outros actos repressivos da Junta Revolucionária. O articulista reconhecia que o Estado tardava em solucionar as «necessidades imperiosas», mas as causas disto eram o imobilismo da «elite ilustrada» e a «absorção do governo no problema da ordem» - absorção motivada pela «oposição ameaçadora». A tónica recaía, contudo, no optimismo: de um lado, a Nação esperançada na nova situação política, na «Vida Nova», na organização «honesta» da República; do outro, a «Vida Velha»: os interesses oligárquicos, as intrigas partidárias, os mesmos princípios teóricos que justificavam «todos os abusos». Ou seja, até à saída do primeiro número, em Março de 1918, a sintonia com o novo quadro político não deixa dúvidas. **Mas quando o Sidonismo se começou a manifestar como um regime abertamente antiliberal e repressivo, o que acontece a partir de Abril, o casamento desaparece e dá lugar ao divórcio;** por outras palavras, a inicial «solidariedade nacional» já não existia, como se pode facilmente detectar no segundo número da *Pela Grei*, impresso a 30 de Abril, que revelava agora uma clara desafecção perante o regime. Raul Proença, por exemplo, acusava o poder de «faltar à verdade», de ser repressivo, de não ser nem o «democratismo» nem a «verdadeira democracia», afirmando ainda não depositar quaisquer esperanças no sistema político. E as críticas iam-se somando, de número para número, a propósito dos mais variados sectores da vida nacional, na pena de Reis Santos, Raul Proença, Ezequiel de Campos e António Sérgio. Em suma, **o grupo da *Pela Grei* só apoiou o Sidonismo enquanto este ainda não revelara ser uma ditadura, partidária (Partido Nacional Republicano) e de «classe» (patronato rural e os monárquicos, a ele ligados), claramente em ruptura com os mecanismos de representação e arbitragem do liberalismo tradicional.** Porventura, com alguma ambiguidade, timidez e demora, assumiu a defesa das liberdades e opôs-se ao estado de sítio permanente...

PROGRAMA POLÍTICO

Eram ambiciosos os objectivos da revista *Pela Grei*, que seria uma espécie de luz salvífica que iria tirar Portugal das trevas em que mergulhara. Para o efeito, «o primeiro passo seria conhecer as necessidades do país e elaborar o seu pensamento, para depois lho restituir já completo, coordenado e nítido, de maneira que a Nação encontrasse em nós a expressão consciente do seu próprio espírito, e nesta revista uma espécie de guia que ela a si mesmo ditasse, depois de haver sondado e esclarecido as suas necessidades e aspirações», lê-se no editorial do n.º 1. Um «guia» que suscitasse, por um lado, «um **sentimento** que enfeixe indivíduos, classes e partidos numa aspiração colectiva superior, que se imponha ao Estado», e, por outro, «um **trabalho de reflexão** que possa converter esse sentimento em actos coordenados e

inteligentes, e não numa simples agitação confusa ou num choque terrível de impulsões cegas». Duas ideias ou preocupações que serão bastante acentuadas pelo grupo da *Pela Grei*: à «simples agitação dessas paixões políticas» importava opôr «um pensar colectivo de organização», o tal **sentimento**; «substituir às ideologias vagas, essencialmente partidárias e essencialmente dissolventes, a consideração das reformas concretas necessárias ao país»; contudo, alerta *Pela Grei*, estas reformas não podiam ser «parciais, dispersas, desconexas, mas coordenadas num plano de conjunto sobre as necessidades reais da Grei» (Nação); é aqui que entra a segunda preocupação já referida, o tal **trabalho de reflexão**, pois para o grupo «só com um preparo conveniente, moral e intelectual, enquadrando as forças da sociedade em comuns objectivos, ligando os interesses particulares, se poderia elevá-los e transformá-los em participantes de uma acção fecunda»; só este «preparo conveniente» poderia «desfazer o dominante antagonismo (renitente a todas as revoluções políticas) entre a Nação e o Estado, o qual até hoje tem sido, não um coordenador, mas o explorador do país, o seu tirano, e a arma formidável dos audaciosos sem escrúpulos». Apesar desta situação, *Pela Grei* entendia que se sentia «por toda a parte os anseios de ressurgimento», é certo que «parciais, sem sistema e sem objectivo definido», **mas a revista surgia para dar coerência e um sentido operativo a tais «anseios de ressurgimento»**. Como? Polarizando «o espírito público, os desejos vagos, as aspirações indefinidas, sistematizando as ideias e associando os esforços (por meio da revista, de conferências, de congresso) para criar uma opinião efectiva e consciente, dirigida a objectivos nacionais, pelo qual a Nação se imponha ao Estado». Para isso, *Pela Grei* iria «pedir aos especialistas as suas opiniões e os seus alvitres, sem soffrermos a influência de quaisquer simpatias partidárias, que não temos; e em seguida (o que se não tem feito) procuraremos repensar essas ideias, para delas extrair, quanto possível, um conjunto sistemático de reformas».

Ora, *Pela Grei* cumpriu integralmente estes propósitos, como se pode constatar nos sete números que publicou (cerca de 400 páginas). Se, a posteriori, somos tentados a defender que a acção da revista sobre o real, a sua influência na política da época foi nula ou quase nula, tal como a da efémera LAN (e sustentamos isto devido à radicalização acentuada do quadro político num sentido manifestamente anti-republicano, reaccionário e retrógrado), **mas não é menos certo que *Pela Grei* presenteou os contemporâneos com diagnósticos e propostas de reformas a vários níveis interessantes.**

Começando pelos **diagnósticos**. Um primeiro é logo traçado no editorial já por diversas vezes mencionado, que resume as principais características da crise nacional e as suas causas. Na linha do liberalismo crítico de Herculano e Oliveira Martins, **as reformas de Mouzinho da Silveira são consideradas a «nossa única Revolução, desde que se abriu a crise até hoje»**. Tal

«Revolução» consistia em «libertar a agricultura» (e, com ela, as restantes actividades económicas) dos elos feudais, permitindo o aumento de produção e restringindo o «parasitismo». Mas estas reformas não criaram «as condições educativas do bem correspondente». Consequentemente, sobreveio um longo período de guerras civis, sendo o «objecto de cada bando explorar em seu proveito a força do Estado e os seus dinheiros», e consolidou-se «a exploração do País por uma oligarquia político-financeira, diante de uma burguesia descontente, criada pelo regime que se implantara». Desde então, todos os movimentos políticos falharam na resolução do problema nacional. Mesmo os governantes melhor intencionados não fizeram mais do que reformas parciais, «deitando aqui um remendo, além outro». De modo que continuou a «mesma viciosa estrutura económica e social», feita de uma «céptica oligarquia», de trabalho «claudicante e parasitário», de «raqútica produção», de «educação para parasitas», etc. Segundo o editorial, **o 5 de Outubro também falhou**, devido ao «jacobinismo sedição e ideias puramente destrutivas» dos dirigentes republicanos e, sobretudo, à ausência de um «plano coerente de reformas, fora de toda a preocupação de política partidária». A guerra colheu assim o país numa situação de «lutas mesquinhas e de profunda desmoralização»; e, em vez de suscitar um «movimento nacional», originou uma desorganização e uma «desinteligência» ainda maiores. De tudo isto decorriam, em princípios de 1918, perspectivas deveras assustadoras: «a guerra duplicará a dívida pública, sendo-nos absolutamente impossível, com a organização económica e social, satisfazer esses encargos, obter o dinheiro necessário para os novos juros e amortizações. Sem uma mudança imediata de modo de vida, portanto, a derrocada é inevitável». Este quadro tornar-se-ia ainda mais sombrio no fim da guerra, com a «perda dos mercados do inimigo» e a «concorrência mais fácil dos aliados». O desfecho de tal situação poderia inclusive levar à perda da independência nacional: «a alternativa é esta: ou de dentro (de nós) pelo esforço comum, ou de fora, pela pata estrangeira e numa cova, depois de algumas horas de pandemónio».

Este diagnóstico está em consonância com a visão historiográfica que António Sérgio havia de expor na sua sinopse de História portuguesa, pelo que suspeitamos que o editorial aqui citado é da sua responsabilidade. A panorâmica da crise portuguesa aqui registada será depois completada com outros diagnósticos, como, por exemplo, de Reis Santos, nos números 1 e 2 da *Pela Grei*, ou de Ezequiel de campos, no número 6.

Mas, como já referimos, *Pela Grei* não se ficaria pelo mero levantamento dos problemas nacionais, avançando com várias **propostas de reforma** com vista ao «ressurgimento» do país. Ainda no mesmo editorial, à pergunta «Que fazer?», responde-se com **a necessidade de duplicar a produção de Portugal, de assegurar melhor o equilíbrio entre as classes sociais, de**

garantir uma mais justa distribuição de encargos e benefícios. O que só se conseguiria com uma verdadeira reforma da estrutura social e política, tomando medidas práticas que **Pela Grei** não se cansará de propor, explanar e examinar: medidas financeiras, económicas, sociais, educativas, etc. Tendo como pano de fundo a insuficiência da produção nacional e os enormes défices em quase tudo o que se consumia (as causas da nossa sombria decadência económica), *Pela Grei* iria apresentar uma ambiciosa **reforma económica**, assente nos seguintes pilares:

- i) **Reforma agrária**, direcionada sobretudo para o sul do país;
- ii) **Reestruturação industrial** para produzir autonomamente os muitos artigos de que dependíamos do estrangeiro;
- iii) **Valorização comercial**, com vista a uma maior penetração dos artigos nacionais nos mercados externos;
- iv) **Reforma financeira**, baseada no saneamento da circulação fiduciária.

O sentido cívico-pedagógico é tal, que *Pela Grei* chegou mesmo a publicar um *Esboço de um programa de fomento*, que submeteu à consideração do País num suplemento ao n.º 1 da revista. O «esboço», que foi um contributo da revista «para um plano de política nacional», **era um verdadeiro programa de governo**, com medidas práticas para a agricultura, crédito e finanças, indústria, comércio, transportes, navegação e para a educação.

A realização destas reformas seria entregue a «especialistas competentes apoiados num governo nacional, o qual se apoiaria por seu turno num movimento de opinião pública» (do Editorial). Por outras palavras, **o processo de reforma económica não podia prescindir do superior concurso das elites do «saber», em particular do próprio grupo de *Pela Grei*.** A função da tecnoburocracia era aqui sobrevalorizada. Aliás, o grupo insistiu frequentemente na necessidade de organizar as instituições da Democracia. De modo que a «competência dos especialistas» se combinasse com os representantes da opinião pública (o «político»). **Reconhecia, seguindo aqui a via aberta de Hegel, que o Estado tecnocrático moderno carecia de um corpo de especialistas competentes.** E colocou-se a si própria, como elites autênticas que queriam ser, num espaço exterior em relação às contradições políticas e ideológicas. Não surpreende, portanto, que o grupo de *Pela Grei* se achasse investido numa **função especial**, a quem competia dar o pontapé de saída de um desafio que, na sua formulação, era um autêntico **modelo de acção política global**. Este assentaria nos seguintes pressupostos:

- i) Na realização de um **diagnóstico** bastante nítido do «problema nacional», confiado a especialistas;
- ii) Na execução de um **«conjunto sistemático de reformas»**;

- iii) Na criação de uma «**opinião pública consciente**»;
- iv) Na **formação de uma outra opinião**, mais vasta, definida como uma «força moral na sociedade portuguesa, uma opinião pública, um tribunal, uma consciência da Grei»;
- v) O **governo**, dispondo de uma colaboração competente, de um plano de reformas e de vasto apoio na opinião pública, dispunha também das **condições mínimas para desencadear o processo de ressurgimento nacional**.

O êxito deste modelo exigiria ainda outras condições políticas, a saber:

- i) A **forma de governo republicano**, pelo menos enquanto durasse a guerra;
- ii) A **aliança com a Inglaterra**;
- iii) A **verdadeira Democracia**, liberta das «taras jacobino-demagógicas»;
- iv) Finalmente, um **rigoroso espírito de comunidade**.

Em suma, para a revista *Pela Grei*, e o seu grupo de intelectuais, a «verdadeira consolidação da República» seria conseguida através duma «**sistemática tentativa de administração e de reforma**», a «solução mais favorável aos interesses de toda a Grei». A política nacional, que conduziria àquela consolidação, seria determinada pela «colaboração do técnico e do político, do homem de estudo e do homem de acção». O mesmo é dizer que para a *Pela Grei* a «salvação» passava pela criação de uma «**doutrina republicana positiva nos domínios da educação e da economia**», obliterando o negativismo com que se formou a República, e organizando «fortemente as energias republicanas para a execução ordeira dessa doutrina», como escrevia o director de *Pela Grei* no último número da revista, de Maio de 1919, num artigo intitulado “A função do político e a política nacional”.

Álvaro Costa de Matos

Lisboa, 18 de Outubro de 2012.

BIBLIOGRÁFIA SUMÁRIA

LOPES, Fernando Farelo, “A revista «Pela Grei» (doutrina e prática políticas)”, In **Análise Social**. Lisboa, 1982, Vol. 18 (N.º 72 – 73 – 74), pp. 759-772.

MATOS, Sérgio Campos, “Ensaísmo e doutrina social em António Sérgio”, In **Estudos sobre António Sérgio** (Coordenação de João Medina, Sérgio Campos Matos e António Ventura). Lisboa: INIC/CHUL, 1988, pp. 31-49.

MEDINA, João, “Sérgio e Sidónio. Estudo do ideário sergiano na revista *Pela Grei* (1918-1919)”, In **Estudos sobre António Sérgio** (Coordenação de João

Medina, Sérgio Campos Matos e António Ventura). Lisboa: INIC/CHUL, 1988, pp. 7-30.

SEABRA, JOSÉ AUGUSTO - "Revistas e movimentos culturais no primeiro quarto do século", in ***Revistas, Ideias e Doutrinas. Leituras do Pensamento Contemporâneo***. Lisboa: Livros Horizonte, 2003, p. 32.